

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.763 - SP (2019/0294693-8)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : GENIVAL TORRES DANTAS JÚNIOR - SP202437
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : NICOLAS MIGUEL FALCÃO BELIZÁRIO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO

Trata-se de *habeas corpus*, **sem pedido liminar**, impetrado em favor de NICOLAS MIGUEL FALCÃO BELIZÁRIO DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n.º 1501112-62.2018.8.26.0530).

Consta dos autos que o Paciente foi condenado, em primeira grau de jurisdição, como incurso "*no artigo 157, §2, inciso II e V, §2-A, inciso I, todos do Código Penal, ao cumprimento, em regime inicial fechado, da pena de 10 (dez) anos, 04 (quatro) meses e 13 (treze) dias de reclusão e 24 (vinte e quatro) dias-multa, cada qual dos dias-multa no patamar mínimo*" (fl. 27).

Inconformado, o Sentenciado interpôs recurso de apelação, que foi desprovido pela Corte local (fls. 28-33).

Neste *writ*, a Defensoria Pública alega, em suma: a) a inconstitucionalidade material da fração de aumento do art. 157, § 2.º-A, inciso I, do Código Penal, por ofensa ao princípio da proporcionalidade, porquanto o "*roubo com emprego de arma de fogo tem, então, a partir da nova redação legal, a pena mínima de 6 anos e 8 meses*" – reprimenda maior do que a mínima prevista para o homicídio simples; b) a indevida combinação das causas de aumento do art. 157, § 2.º e § 2.º-A, do Código Penal, porque é desarrazoado e, ainda, porquanto é dever do Magistrado, no concurso de causas de aumento previstas na parte especial do Código Penal, limitar-se a um só aumento.

Requer "*a concessão da presente ordem com o consequente afastamento da causa de aumento de pena prevista no artigo 157, § 2º- A do Código Penal ou, alternativamente, a combinação das causas de aumento deve ser afastada, pelas razões aventadas*" (fl. 16).

Superior Tribunal de Justiça

Embora conste tratar-se de "*habeas corpus* com pedido liminar" (fl. 3), a Impetrante não formulou pleito cautelar, e não houve, ao longo das razões do *writ*, desenvolvimento de argumentos que demonstrassem o preenchimento dos pressupostos da medida urgente.

Requisitem-se informações ao Juízo das Execuções Criminais e ao Tribunal de origem, solicitando-lhes, ainda, chave de acesso às informações processuais, se for o caso.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora